



O Magistério Profissional do Educador Max Cunha de Azevedo

As professoras Marta Maria de Araújo, Érika dos Reis Gusmão Andrade, Maria Estela Costa Holanda Campelo, Maria Aparecida Queiroz e Maria das Graças Pinto Coelho elaboraram as perguntas que foram respondidas, por escrito, pelo entrevistado – Dr. Max Cunha de Azevedo. De 1953 a 1982, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Dr. Max Azevedo foi professor de Prótese Dentária e Fisiologia (Faculdade de Odontologia), Administração Escolar, Legislação do Ensino, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus e Prática de Ensino (Curso de Pedagogia), além de Diretor da Faculdade de Educação, Coordenador do Curso de Pedagogia, Chefe do Departamento de Educação e Diretor e Vice-Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

1. O Sr. tornou-se educador e professor – por vocação particularmente – ou por força de alguma circunstância específica?

Dr. Max: Meu interesse pelo magistério e pelo trabalho na área de Educação talvez tenha surgido ao me preparar para a prestação de exame vestibular ao curso superior, em Recife. Com dois ex-colegas de turma do Atheneu, constituíamos um grupo de estudo – José Domingues de Carvalho Filho (que Deus o tenha em bom lugar) e Paulo Gonçalves de Medeiros, hoje residente em Natal. Paulo exerceu a Medicina em minha terra – Jardim do Seridó. Tornou-se político, vindo a eleger-se Deputado Estadual algumas vezes. Eram eles, candidatos ao curso Médico; eu, ao de Odontologia. O programa era igual. Após estudarmos cada assunto, eles me pediam que fizesse uma explanação a respeito do conteúdo abordado. Diziam que eu tinha “queda” para professor.

2. Alguma outra experiência contribuiu para o seu envolvimento com a Educação e a Inspeção Escolar, sendo o Sr. um dentista?

Dr. Max: Há outro episódio que merece ser citado. Àquela época, o curso ginásial – parece que se chamava curso fundamental – era feito em cinco



séries. Aos que o concluíam, não sei se extra-oficialmente, era dado o título de “Bacharel em Ciências e Letras”. O curso colegial – curso complementar – conhecido como “curso pré,” constava de duas séries e compreendia três modalidades: pré-médico, para os pretendentes ao curso de Medicina ou congêneres; pré-jurídico (os estudantes chamavam de “prejudicial”), para os aspirantes ao curso de Direito; e pré-politécnico (?), para os que desejavam a área de Engenharia ou equivalente.

Eu freqüentava a 2ª série do curso pré-médico no Colégio Osvaldo Cruz em Recife. Lá, o professor de Física, com vistas a fazer revisão da matéria lecionada na série anterior, costumava designar um aluno para expor sobre assunto abordado na 1ª série. A exposição era sempre interrompida com alguma brincadeira que partia dos colegas. Um dia, fui eu escolhido para falar sobre “fotometria.” Preparei uma aula caprichosamente, utilizando alguns cartazes feitos a tinta Nankin. (Eram os recursos didáticos da época). Durante a exposição, tive a glória de impor silêncio à classe e fazer com que os colegas se interessassem pela matéria objeto da aula. No final, para minha surpresa, fui ovacionado pelos colegas e muito elogiado pelo professor. Teria nascido aí minha inclinação para o magistério?

166

Diplomado em Odontologia e em virtude da vinculação de minha esposa, Josefina, com as freiras do Colégio Nossa Senhora das Neves, de onde fora aluna, fui convidado para lecionar História Natural (essencialmente biologia), ao ser criado o curso científico naquele educandário. Lá, exerci atividade de magistério durante quatro anos, sem reclamação por parte das alunas. Concomitantemente, surgiu oportunidade de me engajar definitivamente em trabalho na área de Educação. É que foram abertas inscrições para um concurso, em âmbito nacional, para o cargo de Inspetor de Ensino, do Ministério da Educação. Poderiam inscrever-se os diplomados em curso pedagógico e os portadores de diploma de curso superior. O concurso era promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) famoso à época pelo rigor que a tudo imprimia.

Concurso realmente difícil, no qual eram exigidos dois vastos programas: o de língua portuguesa e o de legislação do ensino, este, envolvendo, além da legislação então em vigor, a que vigorara anteriormente. A propósito, quando procurava me inteirar da antiga legislação do ensino, pensava comigo mesmo: se for aprovado no concurso, jamais irei precisar do que estou estudando. Vejamos, porém, o que aconteceu. Havia em Natal um antigo servidor da União, chamado Paulo de Góis, conhecido por sua competência.



Mais idoso que eu, Paulo resolvera formar-se em Direito. Quando de sua inscrição no exame vestibular, fui eu, que já marchava para a aposentadoria como Inspetor de Ensino, chamado a emitir parecer sobre sua vida escolar, feita nos termos do antigo regime de “preparatórios.” Mesmo se tratando de um concurso difícil, achei que poderia concorrer com perspectiva de sucesso.

É que, quando aluno da 3ª série ginásial, no Colégio Santa Luzia, de Mossoró, tive o melhor professor de toda a minha vida escolar – Bianor Fernandes de Oliveira, graças a cujo estímulo tornei-me estudioso da língua portuguesa, conseguindo razoável embasamento nesta área. Ademais, tendo exercido, quando estudante, a função de escrevente de cartório, obtivera alguma facilidade quanto ao estudo e à interpretação de dispositivos legais. Submetendo-me ao concurso, obtive resultado que muito me lisonjeia – o de ter sido o único candidato aprovado entre os cerca de 40 que prestaram prova em Natal, bem como, de ter alcançado satisfatório resultado em nível nacional, sendo poucos os que ultrapassaram, mesmo por pequena diferença, minha média 7,5 e 7,5.

Nomeado, passei a trabalhar em educação, tendo aprimorado meus conhecimentos em administração escolar e legislação do ensino em curso de aperfeiçoamento promovido pelo Ministério, nas constantes reuniões de que lá participara, bem como no exercício funcional. Pelo que pude observar durante minha atuação como Inspetor de Ensino, destaco três grandes educadores: o professor Valnir Chagas e o Padre José Vieira de Vasconcelos, competentes e atuantes membros do Conselho Federal de Educação; além deles, o professor Armando Hildebrand, técnico de educação da melhor estirpe, menos conhecido que os outros dois, porque não lhe fora dado o merecido privilégio de integrar o Conselho. Foi, no entanto, sem nenhum favor, um dos maiores educadores do Brasil. Tendo ocupado os cargos de Diretor do Ensino Secundário e de Diretor do Ensino Industrial, do Ministério da Educação, o doutor Hildebrand promoveu uma verdadeira revolução no ensino deste país. Graças a sua inspiração, o Ministério adotou, na década de 1950, algumas iniciativas da maior importância.

3. Que apreciações o Sr. faz de alguns cursos de formação de professores que aconteciam de forma paralela aos cursos superiores de graduação? Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), por exemplo.



Dr. Max: A primeira dessas iniciativas foi a criação, em 1954, da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), dotada de recursos que permitiam a realização de cursos de aperfeiçoamento para os inspetores de ensino, cursos de orientação que precediam exames de suficiência para habilitar professores ao registro no Ministério, cursos para secretários de estabelecimento. Em todos estes casos, eram oferecidas diárias e bolsas de estudo que assegurassem a manutenção daqueles que se afastavam de suas cidades. Além dos cursos, outras atividades eram realizadas com vistas ao aperfeiçoamento docente. Também por iniciativa do doutor Hildebrand, foram criadas na mesma época, as Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário distribuídas pelas diversas unidades da federação e que representaram o primeiro grande passo para a descentralização do ensino, antes rigidamente centralizado. O professor Hildebrand só instalava cada Inspetoria Seccional após selecionar em curso de aperfeiçoamento um inspetor para assumir sua direção. A Inspetoria Seccional de Natal, com jurisdição sobre todo o Estado do Rio Grande do Norte, foi instalada em fevereiro de 1955, imediatamente depois de eu ter participado de um curso de aperfeiçoamento e de ser selecionado para dirigi-la. Cabia às Inspetorias Seccionais a coordenação dos cursos da CADES.

168

4. A quem se destinavam os cursos da CADES? Qual a estrutura e funcionamento desses cursos? Que papel esses cursos desempenharam na história da formação do professor?

Dr. Max: Tais cursos, entre nós, se constituíram num dos mais importantes programas educacionais realizados no Rio Grande do Norte em todos os tempos. A Inspetoria Seccional convocava para os cursos todos os professores não possuidores de licenciatura (que constituíam a grande maioria), convergindo para Natal centena de candidatos, oriundos das mais diversas regiões do Estado, tudo resultando no estabelecimento de um belo encontro de confraternização entre diferentes educadores. Para ministrar os primeiros cursos e outras atividades promovidas pela CADES, o Ministério nos enviava docentes selecionados dentre os melhores do país. Aqui estiveram professores do nível de Antenor Nascentes, João de Sousa Ferraz, Imídio Nérci, Júlio César de Melo e Sousa (Malba Tahan), Evanildo Bechara e outros. Depois, a Seccional passou a utilizar a prata da casa. Não sei se serei capaz de citar a



todos que colaboraram conosco. Não conto mais com o arquivo da Seccional. Mas vou enumerar os que me vêm à lembrança, pedindo desculpa por alguma eventual omissão. Dentre os que já se transferiram para a eternidade, cito: Waldson José Bastos Pinheiro, Francisco das Chagas Pereira, Arnaldo Arsênio de Azevedo, Marieta Guerra, Severino Fernandes de Oliveira, Álvaro Tavares. Também faziam parte da equipe: Maria Isaura de Medeiros Pinheiro, Maria Selma Lima Pereira, João Faustino Ferreira Neto, Luís Fernando de Melo, Adalberto Jorge, Cláudio Augusto Pinto Galvão, Zélia Pinheiro de Medeiros, Naide Varela e Luzia de França.

Igualmente, como parte das excepcionais medidas postas em prática pelo Ministério da Educação na década de 1950, destaca-se a criação do Fundo Nacional do Ensino Médio (FNEM). Graças aos recursos de que era dotado o FNEM, bolsas de estudo, inclusive em regime de internato, eram concedidas a milhares de estudantes carentes que se revelassem mais capazes. Tais bolsas eram distribuídas mediante criteriosa seleção a cargo das Inspetorias Seccionais.

5. Gostaríamos que o Sr. nos falasse do seu envolvimento com o Curso de Pedagogia, e antes, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal? Quais as exigências acadêmicas para ser professor universitário? Que nomes integravam o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, naquela época?

169

Dr. Max: Quando da criação do curso de Didática na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal e em face do reduzido número de professores no Estado com diploma de licenciatura, fui eu proposto para a disciplina de Administração Escolar. O Conselho Nacional de Educação, em vista dos resultados por mim alcançados no concurso para Inspetor de Ensino e do tirocínio adquirido no exercício do cargo, decidiu pela aprovação do meu currículo para integrar o corpo docente da Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Natal, mesmo sendo graduado em Odontologia. O corpo docente da antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Natal era em parte constituído de professores com licenciatura plena. Outros havia, contudo, sem ter tido formação pedagógica, mas que se destacavam por sua inteligência. Pelo que me lembro, posso citar, no primeiro grupo: Francisco das Chagas Pereira, Elza Fernandes Sena, Maria Selma Pereira, José Bonifácio



de Carvalho, Cléia Bezerra, Núbia Borges e Nísia Bezerra. Do segundo grupo, participavam: Edgar Barbosa, Arnaldo Arsênio de Azevedo, Mons. Alair Vilar, João Damasceno de Oliveira, Marieta Guerra, Padre Manoel Barbosa, Sebastião Fernandes, Esmeraldo Siqueira, João Wilson Mendes Melo, Alvamar Furtado de Mendonça, Tarcísio da Natividade Medeiros, Hélio Dantas, Francisco Quinho Chaves, Severino Fernandes de Oliveira, Paulo Pinheiro de Viveiros, Sebastião Monte. É provável que haja outros, que me fogem à memória.

6. A criação da Faculdade de Educação em lugar da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Natal quando ocorreu?

Dr. Max: A Faculdade de Filosofia oferecia bacharelado e licenciatura na área das disciplinas de cultura geral. Por força do Decreto nº 62 380, de 11 de março de 1968, publicado no Diário Oficial da União de 12 de março de 1968, foi feito o aproveitamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal na organização da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Faculdade esta instalada em 18 de julho de 1968. Com isso, a Faculdade de Filosofia veio a desdobrar-se para dar origem à Faculdade de Educação e aos diversos Institutos, responsáveis pelo ensino das disciplinas de cultura geral. A transformação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Natal na Faculdade de Educação, com sua incorporação a UFRN era um velho sonho que seus professores viam, enfim, concretizado. Em face do desdobramento da Faculdade de Filosofia, passei a integrar a Faculdade de Educação.

7. Quais as primeiras habilitações oferecidas na antiga Faculdade de Educação? Como Sr. avalia a sua participação nesse momento de estruturação dos primeiros cursos da UFRN?

Dr. Max: Com nova estrutura curricular, a Faculdade de Educação passou a formar técnicos de forma adequada, criando as habilitações em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional. Não me canso de ressaltar a influência benéfica que um bom professor pode exercer sobre o futuro dos alunos. Ao estímulo que recebi do professor Bianor Fernandes de Oliveira para o estudo de língua portuguesa, quando fui seu discípulo no.



Colégio Santa Luzia, de Mossoró, devo todas as grandes conquistas por mim alcançadas, dentre elas minha aprovação no concurso para Inspetor de Ensino e, em decorrência, meu aproveitamento para integrar o corpo docente da futura Faculdade de Educação da UFRN, sem ter diploma na área específica.

No período de 28 de agosto de 1972 a 24 de outubro de 1973, exerci, interinamente, por se encontrar vago, o cargo de Diretor da Faculdade de Educação, na condição de chefe de Departamento mais antigo. Em continuidade e por decreto do Presidente da República, datado de 19 de setembro de 1973, passei a exercer, por 4 anos, o mandato de diretor efetivo da Faculdade, tendo-me empossado em 25 de outubro do mesmo ano. Ao ser implantada a Reforma Universitária, passei a partir de 1º de março de 1974 a exercer os cargos de chefe do Departamento de Educação e coordenador do Curso de Pedagogia. Em 15 de maio de 1974, passei a responder pela Vice-Diretoria do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Em virtude do afastamento do diretor do Centro, prof. José Cláudio de Moraes Melo, a fim de assumir a Pró-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, exerci o cargo de diretor do CCSA, no período de 27 de maio de 1975 a 29 de novembro de 1976.

Entre o início e o fim do período em que tive atuação na Educação, foram sensíveis as melhorias introduzidas. Isso se deve essencialmente aos trabalhos desenvolvidos pelos cursos de licenciatura e, secundariamente, pelos cursos de treinamento de professores ministrados pela CADES e por outros programas. Além disso, houve grande progresso no que diz respeito aos recursos técnicos e auxiliares. Antes, salvo quando se apelava para os diplomados em Escola Normal, o ensino de nível médio era ministrado por professores leigos, sem qualquer formação pedagógica. Recorria-se para isso aos padres, aos bacharéis em Direito, aos profissionais da área médica ou da área tecnológica. O ensino de línguas estrangeiras era o mais carente de professores preparados.

8. Sabemos que o Sr. teve participações decisivas junto à Inspetoria de Ensino e ao Conselho Estadual de Ensino. É possível dizer algum processo em que foi relator no Conselho Estadual de Ensino?

Dr. Max: Além de professor da UFRN e de Inspetor de Ensino do Ministério da Educação, onde durante mais de 17 anos ocupei o cargo de confiança de



Inspetor Seccional no Estado, integrei também o colegiado do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte. O Conselho é no Estado o órgão normativo em matéria de Educação. Lembro-me de que coube a mim relatar o processo relativo às normas exigidas dos estabelecimentos de ensino médio, quanto às condições materiais e pedagógicas a serem cumpridas quando do seu pedido de funcionamento. Hoje, essas condições já devem estar bastante modificadas. O mandato de conselheiro tinha seis anos de duração, sendo vedada a permanência no Conselho por mais de dois mandatos consecutivos e completos. Aliás, fui eu o segundo conselheiro a permanecer no colegiado por doze anos. O primeiro foi o professor João Wilson Mendes Melo.

9. Observando a realidade atual, que problemas o Sr. percebe na formação dos profissionais da educação para atender às "demandas do mercado"?

Dr. Max: Vejo com certa reserva a facilidade exagerada com que estão sendo criados cursos de formação de professores. Tenho receio de que a massificação possa contribuir para nivelar por baixo a qualidade da formação.

Max Cunha de Azevedo
E-mail: xam@interjato.com.br